

Água no semi-árido

2005. Ano 2 . Edição 17 - 1/12/2005

"O governo federal já investiu, desde 2003, mais de 118 milhões de reais na construção de mais de 84 mil cisternas com capacidade de armazenamento de água de 16 mil litros cada uma"

Luís Anselmo Pereira de Souza



O semi-árido brasileiro, cuja população é estimada em 20 milhões de habitantes, dos quais 46% vivem em áreas rurais e subsistem sob grande vulnerabilidade social e econômica, reúne um conjunto de características climáticas, geomorfológicas, econômicas e sociais peculiares, que resultam numa paisagem marcada pela dificuldade no acesso a recursos hídricos.

Em suas áreas rurais, a segurança alimentar e nutricional da população é condicionada diretamente pela disponibilidade de água para consumo humano, para a dessedentação de animais e para a produção agroalimentar. Segundo estudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Semi-Árido (CPATSA/Embrapa), 60 dias após o encerramento do período das chuvas, 550 mil dos 2,6 milhões de estabelecimentos rurais da região passam a viver sem qualquer tipo de água para o consumo humano ou animal, nos seus próprios agroecossistemas familiares. Se considerarmos um período de 120 dias após o término das chuvas, podemos projetar que mais de 1 milhão de estabelecimentos fiquem sem qualquer fonte de água no período de seca

Todavia, é possível diminuir os efeitos da seca com o armazenamento de água da chuva e a adoção de técnicas simples e de baixo custo. Várias iniciativas vêm obtendo sucesso no aplacamento das condições de insegurança alimentar dessa população, entre elas se destaca a cisterna de placas de cimento, reservatório domiciliar de água integrado a um sistema de calhas nos telhados e canos de PVC para captação da água da chuva.

Com o Projeto Cisternas, desenvolvido em parceria com a Articulação do Semi-Árido (ASA), fórum de organizações da sociedade civil que atuam em prol do desenvolvimento social, econômico, político e cultural do semi-árido brasileiro, e com os governos estaduais da região (Bahia, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte), o governo federal já investiu, desde 2003, mais de 118 milhões de reais na construção de mais de 84 mil cisternas de placas com capacidade de armazenamento de água de 16 mil litros cada uma, suficientes para o abastecimento de uma família de cinco pessoas durante os meses de estiagem.

A parceria entre o estado e a sociedade civil organizada e atuante tem sido fundamental para o sucesso do projeto, na medida em que os recursos públicos chegam a entidades não-governamentais representativas das comunidades necessitadas, capazes de envolver um número significativo de atores sociais visando à sua intervenção nas políticas públicas e reforçando seu processo de organização. Ao garantir que as famílias e

organizações assumam, integralmente, os processos políticos em seus diferentes níveis assegura-se um rigoroso sistema de controle social.

Entretanto, mesmo que sejam garantidos os recursos necessários, a meta de 1 milhão de cisternas construídas em cinco anos não é fácil de ser atingida. Trata-se de um programa abrangente e ambicioso, não só pelo número de famílias a serem atendidas, mas também pela complexidade logística de capacitar e mobilizar um contingente imenso de pessoas e transportar um volume significativo de materiais numa área do semi-árido cuja abrangência é de 900 mil quilômetros quadrados e cuja região e estradas apresentam condições extremamente adversas.

Os relatos disponíveis e as evidências de campo coletadas em visitas técnicas, ainda que sem relevância estatística, apontam que os maiores impactos da cisterna são relacionados à saúde, principalmente de crianças, e à possibilidade de alteração na rotina diária, proporcionada pela realocação do tempo gasto para buscar água ou perdido em razão de doenças causadas pelo uso de água imprópria. O aumento do tempo investido na produção para consumo familiar e geração de renda contribui para reduzir a pobreza e dinamizar as economias locais, enquanto o cuidado com a casa, com os filhos e outros afazeres, principalmente no caso das mulheres e das crianças, demonstra a substancial melhora da qualidade de vida.

Luís Anselmo Pereira de Souza é diretor do Departamento da Gestão Integrada da Política, ligado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Copyright © 2007 - DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO

É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação sem autorização.
Revista Desafios do Desenvolvimento - SBS, Quadra 01, Edifício BNDES, sala 1515 - Brasília - DF - Fone: (61)
2026-5334